

DEPARTAMENTO DE INGRESSOS

RESOLUÇÃO Nº 019/2013-CGSC

Fortaleza, 5 de julho de 2013.

EMENTA: Dispõe sobre os critérios e datas a serem seguidos para Isenção total ou parcial da Taxa de Inscrição inerente ao Processo Seletivo 2013-2 para o Ensino Técnico Subsequente dos *campi* de Acaraú, Fortaleza, Sobral, Tianguá e Ubajara.

O Departamento de Ingressos, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), no uso da delegação de competência legal, mediante a Portaria nº 260/GR, de 1 de março de 2013, tendo em vista o calendário alusivo às inscrições de candidatos ao Processo Seletivo 2013-2 para o Ensino Técnico Subsequente,

RESOLVE estabelecer o período de **8 até 12 de julho de 2013**, nos horários e locais a seguir, para o recebimento dos pedidos de isenção da taxa de inscrição:

CAMPUS	ENDEREÇO	HORÁRIO
ACARAÚ	Av. Des. Armando de Sales Lousada, s/n – Monsenhor Edson Sabino	09:00h às 12:00h 14:00h às 17:00h
FORTALEZA	Av. 13 de Maio, 2081 - Benfica	09:00h às 17:00h
SOBRAL	Av Dr. Guarany, 317 – Derby Clube	09:00h às 12:00h 14:00h às 17:00h
TIANGUÁ	Rodovia CE 075, s/n – Aeroporto	09:00h às 12:00h 14:00h às 17:00h
UBAJARA	Rua Luiz Cunha, s/n – Monte Castelo	09:00h às 12:00h 14:00h às 17:00h

O aludido benefício deverá ser requerido mediante formulário próprio, **disponível exclusivamente** no endereço eletrônico www.qselecao.ifce.edu.br/cce, acompanhado da documentação comprobatória (Anexo I), nos dias, locais e horários acima indicados.

A solicitação feita fora do prazo estabelecido acima, assim como a não apresentação de qualquer dos documentos exigidos, **desabilitam o candidato ao benefício da isenção**.

A relação dos candidatos beneficiados com a isenção de taxa de inscrição será divulgada no dia **22/7/2013** (no endereço eletrônico www.qselecao.ifce.edu.br).

Os casos omissos serão resolvidos pelo Departamento de Ingressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Ceará.

Francisco Amsterdam Soares Rodrigues
Chefe do Departamento de Ingressos/IFCE

ANEXO I

ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

I. SERVIDORES – FILHOS DE SERVIDORES/DEPENDENTES DO IFCE

1. Declaração emitida pelo Departamento de Recursos Humanos do IFCE de que o candidato é servidor, filho de servidor ou dependente, na forma da Lei;
2. Fotocópia da Carteira de Identidade do candidato.
3. Fotocópia do Histórico Escolar de Ensino Médio (1^a. à 3^a. séries).

II. ALUNOS DE ESCOLAS DA REDE PÚBLICA

1. Fotocópia da Carteira de Identidade do candidato.
2. Fotocópia do Histórico Escolar de Ensino Médio (1^a. à 3^a. séries).
3. Comprovação de renda familiar *per capita* igual ou inferior a um salário mínimo e meio

III. INSCRITOS NO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL (CadÚnico)

1. Declaração de que está inscrito no programa;
2. Fotocópia da Carteira de Identidade do candidato.
3. Fotocópia do Histórico Escolar de Ensino Médio (1^a. à 3^a. séries).

OBSERVAÇÕES:

- O IFCE consultará o órgão gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.
- A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em Lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979.

IV. PARA OS DEMAIS CANDIDATOS

1. Fotocópia da Carteira de Identidade;
2. Fotocópia do Histórico Escolar de Ensino Médio (1^a. à 3^a. séries);
3. Fotocópia da última conta de energia elétrica familiar;
4. Fotocópia da certidão de nascimento dos filhos ou irmãos dependentes dos pais ou responsáveis;
5. Fotocópia do comprovante da forma de moradia:
Recibo de aluguel ou contrato de locação, ou
Boleto bancário de financiamento habitacional, ou
Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), ou
Imposto Territorial Rural (ITR);
6. Fotocópia do comprovante atualizado de renda própria ou familiar, conforme a situação do(a) candidato(a):
Carteira do Ministério do Trabalho (CTPS), ou
Contracheque, ou
Comprovante de Sindicatos, ou
Comprovante de pensão alimentícia, ou
Comprovante de aposentadoria (extrato bancário com nome do(a) titular), ou
Comprovante do INCRA ou sindicato que comprove posse da terra ou vínculo empregatício.

6.1. EM CASO DE AUTÔNOMOS

Declaração de instituições oficiais (Igreja, Sindicatos, Associações de Bairros, Conselhos Comunitários, Delegacias, entre outras), ou
Carnê de contribuição do INSS, ou
Registro/Identificação/Inscrição de atividades como pesca, venda ambulante, artesanato, feira livre e correlatas.